



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor		
Reunião: 41ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Data: 20/12/21		
Horário de início: 13h36min		Horário de encerramento: 16h36min
Local: Plenário Paulo Portugal		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Nikolas Ferreira e com a presença da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Miltinho CGE e Ramon Bibiano da Casa de Apoio, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 37ª e 40ª reuniões ordinárias, realizadas respectivamente em 22/11 e 13/12/21.

O presidente procedeu à inversão da apreciação dos itens pauta, passando, então, à seguinte ordem de deliberação da comissão:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.759/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, com a finalidade de “obter informações sobre ações referentes às políticas de Segurança Alimentar do município.”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

A vereadora Bella Gonçalves discutiu o requerimento de comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.766/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil, com a finalidade de “obter informações sobre a acessibilidade dos moradores da Avenida Baronesa de Santa Luzia, altura do número 489, bairro Heliópolis, mediante urbanização do Córrego Embiras.”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado, por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.776/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil e à secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira da Cunha Pinto Colares, com a finalidade de “obter informações sobre a Ocupação Construindo Sonhos”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

Aprovado, por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.777/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil e à secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Máira da Cunha Pinto Colares e ao diretor-presidente da Companhia de Águas de Minas Gerais - Copasa, Carlos Eduardo Tavares de Castro, com a finalidade de “obter informações sobre fechamento de pontos de acesso à água para a população em situação de rua instalados durante início da pandemia da COVID-19”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

Aprovado, por unanimidade.

A vereadora Bella Gonçalves solicitou que fosse deliberado o cancelamento de visita técnica prevista para o dia seguinte, em função da notícia de emissão de ordem de desocupação emitida pela Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - para mais de 20 famílias no Aglomerado da Serra, também para o dia seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente informou que, ao protocolar requerimento solicitando o cancelamento da audiência pública, a programação da agenda da Câmara já é atualizada.

A vereadora Bella Gonçalves solicitou a inclusão de Samuel Barros, representante do Movimento Nacional de População de Rua, na audiência de hoje.

O presidente disse que ele seria ouvido.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência aos demais membros da comissão do recebimento de ofício em resposta à Indicação nº 215/21 e de comunicado da Seção Médica informando que o vereador Walter Tosta se ausentou, por motivo de saúde, no dia 3/12/21.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: debater a provável instalação do Programa Moradia Primeiro e do Programa Canto da Rua Emergencial, na Rua Conceição do Pará, altura do nº 946, no Bairro Santa Inês

Requerimento de Comissão nº: 1.732/21

Autoria: vereador Wilsinho da Tabu

O presidente transferiu a presidência para ao vereador Wilsinho da Tabu.

O presidente relatou que lhe foram trazidas preocupações da comunidade do Bairro Santa Inês pela falta de informações sobre implantação de projeto para atendimento à população em situação de rua. Disse que ele próprio, como morador do bairro teve dificuldade para obter informações em reuniões com a PBH e com o governo do Estado, e que, até o momento, não foram apresentadas informações claras sobre o projeto e seus impactos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Compuseram a mesa, em presença remota: 1) Luísa Lima e 2) Ronnie Leão, representantes da secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti; 3) Ana Carolina Gusmão, superintendente de Participação e Diálogos Sociais da Secretaria de Estado de Defesa Social - Sedese; 4) o diretor-presidente da Associação Buritis de Esporte e Cultura - Abesc, Luiz Antônio Ribeiro Soares das Neves e 5) o presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Inês, Paulo César dos Santos.

Alexandre Cosso, representante do deputado estadual Virgílio Guimarães e morador da Rua Gustavo da Silveira, apresentou-se e informou que o presidente da Abesc já se reuniu com o deputado para discutir a situação e que este, por sua vez já se reuniu com a secretária Elizabeth Jacometti para tratar do encerramento do convênio entre o Estado e a Abesc.

Luiz Soares fez apresentação sobre a Abesc e sua atuação, enfatizando o estado do imóvel cedido pelo governo estadual para projeto de prática esportiva de futebol, voleibol e handebol para crianças e adolescentes, que estava abandonado há cinco anos. Disse que assinou o termo de convênio, com duração de 20 anos em fevereiro deste ano e que, por meio de doações e patrocínios, a Abesc arrecadou e despendeu R\$58 mil para a recuperação do espaço. Relatou que em outubro ele, os associados da Abesc e os usuários do projeto foram surpreendidos com a revogação unilateral do convênio por parte do governo estadual, com a justificativa de que seria implantando ali projeto para atender à população em situação de rua.

Paulo César, disse ter procurado os deputados estaduais Virgílio Guimarães e Ana Paula Siqueira para compreender o projeto a ser implantado, uma vez que a notícia do encerramento do projeto da Abesc causou grande apreensão entre os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

moradores do Bairro Santa Inês. Afirmou que esteve com a secretária estadual em duas ocasiões e que, mesmo assim, não recebeu informações adequadas sobre as dimensões e o impacto do projeto para a região. Disse que entre as preocupações dos moradores estão a interrupção dos projetos da Abesc e, dos comerciantes, os prejuízos à atividade econômica do bairro.

Anderson, morador da Rua Conceição do Pará, reiterou relatos de que o espaço estava abandonado e as expectativas dos moradores de que a Via 710 e a instalação do projeto da Abesc trariam oportunidades e desenvolvimento para a região. Disse que não se opõe à instalação de um novo projeto, mas que entende ser injusto o encerramento das atividades da Abesc sem que seja oferecida uma alternativa aos usuários.

Luísa Lima fez apresentação do Projeto Canto da Rua Emergencial mantido pela Pastoral da Rua em parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG. Afirmou que o projeto realizou atendimento à população em situação de rua nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, na Serraria Souza Pinto, e que, durante 15 meses, atendeu em média 750 pessoas por dia, totalizando 240 mil atendimentos no período. Disse que, devido ao sucesso das ações ali desenvolvidas, o governo estadual decidiu dar continuidade a elas, transformando o Projeto Canto da Rua Emergencial em política pública contínua. Disse que o Projeto Canto da Rua é composto por vários projetos, envolvendo atendimento da população em situação de rua e de qualificação profissional, prestando serviços à comunidade. Apresentou os projetos arquitetônicos do projeto e do que será construído no espaço. Apresentou as principais dúvidas a respeito do projeto, em relação a segurança pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente questionou em qual momento a Sedese teve acesso às dúvidas dos moradores, uma vez que eles ainda não foram ouvidos, sendo esse o principal objetivo da audiência pública.

Ana Carolina Gusmão afirmou que se tratavam de dúvidas apresentadas pelos representantes da comunidade em suas reuniões com a Sedese.

O presidente afirmou que a comunidade ainda não foi ouvida diretamente e pediu que as pessoas tivessem oportunidade de apresentar diretamente suas dúvidas. Leu diversas manifestações virtuais encaminhadas por escrito por moradores do bairro, que defendem a manutenção das atividades esportivas da Abesc e demonstram preocupações sobre a falta de informações. Passou a palavra a outros presentes de forma virtual na reunião:

Alexandre Cosso disse que os moradores não se opõem diretamente à implantação do Projeto Canto da Rua, mas com a sua localização. Declarou que os moradores não se conformam com o encerramento das atividades da Abesc. Questionou quais os motivos levaram à implantação do projeto naquele espaço e se não há alternativas de outros imóveis no Município para este fim.

Pâmela, moradora da Rua Centralina, relatou a experiência negativa enfrentada pelo bairro com a transferência da rodoviária para a Estação José Cândido da Silveira, em especial quanto à limpeza, à violência e à segurança, pela chegada de muitas pessoas do interior em busca de oportunidades. Questionou a viabilidade da localização do projeto, fora da área central e distante das áreas em torno das quais a população em situação de rua se reúne.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente relatou visita à construção da Catedral Cristo Rei e falou sobre os projetos de atendimento e acolhimento à população em situação de rua naquele lugar.

Selma, moradora da Avenida Contagem, declarou se opor à instalação do projeto para atendimento de pessoas em situação de rua e negou que a população tenha sido consultada para sua implantação.

Marco Maestrini, morador da Rua Conceição do Pará, disse se opor à instalação do projeto, por deslocar as pessoas em situação de rua da região central, afetando a segurança do bairro e dos moradores.

Érico Grossi, morador do Bairro Santo Inês, apontou a falta de respeito com que a Abesc foi tratada e posicionou-se em defesa dos pais e das crianças atendidas pelo projeto.

Cláudio Araújo, morador da Rua Conceição do Pará, relatou a insegurança sentida pelos moradores à época em que o terreno esteve abandonado e invadido por pessoas em situação de rua, sugeriu que a população local seja procurada para se prestar esclarecimentos sobre o Projeto Canto da Rua. Disse que não se opõe ao projeto, mas entende que a falta de informações tem deixado todos muito apreensivos.

A vereadora Bella Gonçalves disse que o projeto foi discutido amplamente com a população em situação de rua e seus representantes, a Pastoral da Rua e o Movimento Nacional da População de Rua.

O presidente, dirigindo-se à vereadora Bella Gonçalves, reforçou que a comunidade do bairro não foi escutada, o que seria importante para uma melhor aceitação do projeto, o que considera uma falha grave em sua implantação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Paulo César, dirigindo-se à vereadora Bella Gonçalves, corrigiu a informação apresentada por ela de que o terreno estaria abandonado e de que o projeto esportivo da Abesc ainda não havia sido iniciado.

Carla, moradora e comerciante da Rua Conceição do Pará, relatou que durante a pandemia saiu da própria casa para colocá-la para locação e ressaltou que as demandas dos comerciantes não podem ser desconsideradas, uma vez que o fechamento de bares e restaurantes afeta toda a comunidade do bairro.

O presidente leu novamente manifestações virtuais encaminhadas por escrito por moradores do bairro e espectadores da audiência pública.

O vereador Braulio Lara disse entender que o projeto desenvolvido pela Sedese tem grande importância, diante do quadro de mais de 10 mil pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Apresentou os seguintes questionamentos: 1) o imóvel é de propriedade do governo do Estado?; 2) existe possibilidade de ambos os projetos funcionarem de forma concomitante? e 3) existe algum outro imóvel para onde o projeto da Abesc possa ser transferido?

Ana Carolina Gusmão, em resposta, disse que foram realizadas visitas técnicas com a Abesc para que o projeto fosse transferido para outro espaço, de propriedade da Fundação João Pinheiro - FJP.

Às 15h33min, o presidente prorrogou a audiência por uma hora.

Ana Carolina Gusmão, disse que não vislumbra ser possível o compartilhamento do espaço para ambos os projetos. Disse que gostaria de apresentar respostas às questões sobre limpeza, segurança, uso de drogas, apresentadas no *chat* da audiência e esclareceu que o projeto não prevê dormitórios no local; que o atendimento será somente no turno da manhã; que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projeto prevê a redução da sujeira, justamente pela oferta de banheiros públicos e espaços de acolhimento, assim como a diminuição da população em situação de rua circulante no entorno.

Luiz Soares disse que, em visita ao espaço da FJP, foi negado à Abesc o uso do ginásio poliesportivo e do campo de futebol. Dirigindo-se à Ana Carolina, questionou quais foram os motivos que levaram a Sedese a escolher aquele imóvel. Dirigindo-se ao vereador Braulio Lara, respondeu que o imóvel público havia sido destinado à Abesc, e que, após revogação do convênio, foi destinado à Pastoral da Rua.

Juliana, moradora do Bairro Santa Inês e psicóloga, relatou que já trabalhou no Projeto Miguilim com atendimento à população em situação de rua, e lembrou-se de experiências anteriores de construção de espaço para atendimento à população em situação de rua no Bairro Carlos Prates, que sofreu com o subaproveitamento. Questionou qual a viabilidade da implantação de um projeto deste porte a uma distância de 7km dos locais onde se concentram as populações em situação de rua, uma vez que elas não têm acesso ao transporte público.

Ana Carolina Gusmão, em resposta a Luiz Soares, disse que foi feita uma pesquisa de imóveis ociosos do Estado no Município. Em resposta à Juliana disse que a população em situação de rua concentra-se nas regionais Centro-Sul e Leste, e já transita normalmente entre os bairros dessas regionais.

O presidente questionou qual o motivo da pressa para implantação do projeto.

Ana Carolina Gusmão afirmou que, diante da situação de calamidade gerada pela pandemia, a demanda social por resposta está muito alta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente questionou qual o prazo disponível para manifestação da comunidade sobre o projeto.

Hélio Pablo Sant'Ana, comerciante na Rua Conceição do Pará, perguntou o que será feito para as crianças atendidas pelo projeto da Abesc.

Ana Carolina Gusmão, em resposta ao presidente, disponibilizou-se para dialogar permanentemente com a comunidade.

O presidente agradeceu a disponibilidade, e disse lamentar que, apesar dessa mesma disponibilidade, a Escola Estadual Amélia de Castro, tenha sido fechada recentemente, acarretando a perda de uma escola para a comunidade do bairro.

Michel, morador da Avenida Contagem e da Rua Conceição do Mato Dentro, 2º sargento da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, disse lamentar a informação de que o projeto já esteja em fase de implantação, restando aos moradores dos bairros somente aceitar as consequências. Relatou sua experiência de atendimento aos albergues e Centros de Atendimento à População de Rua nas ruas Aquiles Lobo, Conselheiro Rocha, Itambé e Mucuri no Bairro Floresta, região que atende como policial há anos. Disse que, apesar das boas intenções desses projetos, eles não atraem apenas pessoas em situação de rua interessadas em participar das oficinas de capacitação ou em deixar a rua, e que no entorno desses projetos acumulam-se pessoas em situação de drogas, com problemas mentais e com predisposição à violência entre si.

Ester, moradora do Bairro Santa Inês, dirigindo-se a Ana Carolina questionou para onde e como as pessoas atendidas pelo Projeto Canto da Rua se deslocarão após serem atendidas e se há risco de começarem a se aglomerar na região.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ana Carolina Gusmão afirmou que o Projeto Canto da Rua atua de forma complementar aos equipamentos de atendimento já existentes no Município, não gerando polo único de aglomeração.

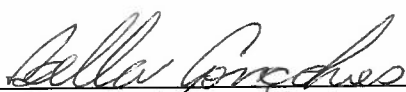
Eduarda, atleta do projeto esportivo da Abesc, expressou sua satisfação por ela e sua irmã participarem do projeto. Relatou a experiência de aumento da disposição e da autoestima, assim como melhora de seu desempenho escolar, que é um dos requisitos para participação no projeto.

O presidente disse que seu gabinete encaminhará à Sedese indicação para elaboração de Estudo de Impacto sobre a implantação do Projeto Canto da Rua para as populações dos bairros Santa Inês, Sagrada Família e Horto Florestal e para criação de canal de comunicação para escuta das comunidades desses bairros.

ENCERRAMENTO

Terminado o horário regimental para duração desta reunião, conforme art. 68 do Regimento Interno - RI, o presidente continuou os trabalhos, ciente da ausência da equipe técnica da CMBH para assessoria e registro em ata.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição em avulso:	<u>30/12/21</u>
Comunicação de aprovação:	<u>07/02/22</u>
 _____ Presidenta/Presidente	